

Aspectos Demográficos da Escravidão em uma Freguesia da Baixada de Sepetiba, na Província do Rio de Janeiro: N. Sra. da Conceição do Bananal, 1847-1872

Rômulo Garcia de Andrade
Doutor em História Social – USP
Professor Associado – UFRRJ

Introdução

A história de N. Sra da Conceição do Bananal, a atual Seropédica¹, está intimamente ligada à antiga Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí, “*em cujo perímetro municipal, no segundo distrito de Bananal, instalou-se o primeiro estabelecimento voltado para a criação do bicho-da-seda em escala industrial e para o aproveitamento de sua fibra sérica, visando a fabricação da seda*” (FRÓES,2000:33). Estima-se que esse estabelecimento foi fundado entre os anos de 1838 e 1839². Entretanto a agricultura diversificada de base escravista constituía a base econômica da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal³ e do seu entorno. Na década anterior à fundação do estabelecimento mencionado acima, a se confiar em Basílio de Magalhães, a expansão da cultura do café na região foi tal que “*em 1828 se entregavam a ela, na zona confinante com*

¹ Seropédica seria o lugar “onde se faz ou onde se trata da seda” (FRÓES, 2000, p. 1)

² Por se tratar de uma pesquisa em andamento, falta-nos documentação substantiva para uma abordagem do Estabelecimento Seropédico, embora saibamos que a principal atividade daquela freguesia era de fato a agricultura diversificada. Informa-nos Fróes (2000,p.38,47,48,51,72,82,83,86) que, diante das dificuldades financeiras do estabelecimento, seu proprietário solicitou ajuda governamental que foi concedida em 1844. Na década seguinte, no ano de 1855, findos os recursos, a província do Rio informava ao Ministro do Império dos Negócios da Agricultura que “*pelos bem fundadas esperanças que plantará entre nós a indústria da seda*”, autorizava “*a promover a incorporação de uma companhia para sustentá-la e desenvolvê-la, cedendo em favor dessa empresa a dívida de 99:900\$000 a que o mesmo estabelecimento estava sujeito*”, constituindo-se, então a Imperial Companhia Seropédica Fluminense. Logo após a Exposição Nacional de 1861, agravou-se a crise que levaria à liquidação da Imperial Seropédica, tendo ido à praça em 1868, ocasião em que foram arrematados todos os direitos sobre o seu patrimônio. Em 1888, os novos proprietários da companhia pediram financiamento à Assembléia Provincial e não foram atendidos. Carlos Gomes Filho em seu trabalho *A Seropédica de Itaguaí*, relata o que ocorreu após 1888: “*em 1890, por motivos ignorados, foi a velha Seropédica mais uma vez passada para uma companhia interessada na continuação da mesma indústria, o que não conseguiu, ficando a fazenda alguns anos depois em completo abandono e ruindo parte do antigo casarão*”. Apud FRÓES,2000 p. 89-90. Vale a pena registrar que, segundo o relatório de uma comissão encarregada de informar, em 1862, a presidência da província do Rio de Janeiro sobre a situação da Imperial Companhia Seropédica Fluminense, havia, além de trabalhadores livres, 36 escravos entre homens, mulheres e crianças(Ver Quadro I em anexo). “*Instruções para execução do art. 2º da lei provincial nº 1.206, de 21 de outubro de 1861*”. Relatório de presidente de província, 1862.

³ Criada pela Lei Provincial nº 549, de 30.08.1851.

a fazenda nacional de Santa Cruz, 172 lavradores, os quais, com o auxílio de 6.309 escravos, colheram no referido ano 173.820 arrobas” (MAGALHÃES,1980:65). Além do café, havia em Itaguaí “enormes plantações de milho, feijão, (...) frutas, etc., e também era extraída lenha e fabricado carvão vegetal, tudo para consumo da Casa Real no Rio de Janeiro e em Santa Cruz”.⁴ O município de Itaguaí destacava-se como uma das coletorias por onde passava o café originário da Província do Rio de Janeiro destinado à exportação, situando-se em terceiro lugar em quantidade de arrobas - 421:102 no ano financeiro de 1848-49, superada por Mangaratiba (908:552) e por Angra dos Reis (617:741)⁵. Acrescenta-se que era mantido pela Companhia Itaguaiense de Navegação um serviço regular ligando Itaguaí aos portos intermediários e adjacentes (FRÓES, 2000: 75). Além de trabalhadores livres, os escravos eram utilizados nas embarcações que se prestavam à importação e exportação do porto de Itaguaí e se apresentavam, no ano de 1839, em maior número que aqueles: 89 escravos para 75 livres distribuídos em 22 barcos.⁶ Utilizava-se ainda o recurso de alugar escravos em Bananal, pelo menos na Imperial Companhia Seropédica Fluminense, onde não havia “recibo de todas as quantias pagas, como por exemplo, de alugueis de escravos da Fazenda de Santa Cruz, cujos jornais elevaram-se a não pequena soma neste último quinquênio”⁷, referindo-se aos anos 1855-1861.

O caminho que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais atravessava a Freguesia, o que tornava privilegiada sua localização geográfica (FRÓES, 2000: 31). Em 1870, contava com 94 fazendas de café e 7 de cana-de-açúcar. A diversificação é mostrada nas próprias denominações das atividades agrícolas, tendo, em todo o município de Itaguaí “fazendas de criação”, “lavradores de café e cereaes”, “fazendeiros com engenho de fabricar aguardente”, “fazendeiros de café e outros mantimentos”⁸. Na oportunidade,

⁴ Carta de Faustino Gentil Kowalsky, escrivão da Coletoria do Município de Itaguaí, a Afonso d’Escragnolle Taunay, enviando dados por ele colhidos sobre a história do dito município e antiga Villa de São Francisco Xavier de Tagoahy. Nova Iguaçu, 09 de março de 1942.

⁵ Mesa Provincial estabelecida na Corte, 1.02.1850. Relatório de Presidente de Província, 1850-51.

⁶ Mappa das Embarcações, que em o anno de 1839 fizeram a importação e exportação dos portos abaixo declarados da província do Rio de Janeiro. Relatório de presidente da província do Rio de Janeiro, 1840.

⁷ “Instruções para execução do art. 2º da lei provincial nº 1.206, de 21 de outubro de 1861”. Relatório de presidente de província, 1862.

⁸ Almanaque Laemmert, 1870: “Editado pela primeira vez em 1843, o Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro, conhecido pelo nome de Almanque Laemmert, posto que impresso por essa editora, procurava arrolar as principais personalidades de cada município, a partir de listas contendo nome dos vereadores, negociantes, donos de comércio e fazendeiros. Financiado pelos seus

advertimos que este artigo é fruto de uma pesquisa em andamento e como tal apresenta limitações. É neste contexto que abordaremos a dinâmica populacional da freguesia em tela, dando particular atenção às inferências resultantes da utilização dos censos e dos registros paroquiais de batismos e óbitos. O corte temporal foi determinado pelos registros paroquiais e censos que pesquisamos até o momento..

A Dinâmica Populacional da Freguesia de N. Sra.da Conceição do Bananal

Primeiro, perdemos a lembrança de termos sido do rio.
A seguir, esquecemos a terra que nos pertencera.
Depois da nossa memória ter perdido a geografia,
acabou perdendo a sua própria história.
Agora, não temos sequer a idéia de termos perdido alguma coisa.

Mia Couto. *O Outro pé da sereia* (romance)

Vindos dos mais diversos lugares do continente africano (Quadro II) ou nascidos no Brasil, os escravos eram peças fundamentais no cotidiano da Freguesia de N. Sra. da Conceição do Bananal e do município de Itaguaí. Enquanto o Atlântico Sul separava os africanos de seu lar, também uma enorme distância separava muitas vezes do local de origem o escravo nascido no Brasil que, freqüentemente atravessava grande parte do território em caravanas terrestres ou navegação costeira até chegar ao seu destino (KARASCH,2000:.35-36; 46-47). Não havia, para a maioria, família e amigos que aliviassem o fardo da solidão. Eram, pois obrigados a forjar novos laços, redefinindo muitas vezes a abrangência semântica da palavra “*parente*”, inventando o conceito de “*parente de nação*”⁹.

A importância da população local, escrava e livre, é evidenciada nas tabelas 1,2,3 e 4 adiante apresentadas, coadunando-se com o dinamismo das atividades econômicas ali desenvolvidas. Numa análise rápida, dá para perceber que a população escrava de Itaguaí é bastante significativa, pois corresponde a 54% da população total do município. Entre a população escrava, os homens são a maioria (57%). Se atentarmos para as freguesias

assinantes, a presença do nome na sua lista de fazendeiros, tornou-se um símbolo de prestígio e testemunho de poder” (MOTTA, 1998, p.58-59).

⁹ Para os africanos, na Bahia, a expressão “parente” incluía todos da mesma etnia: O nagô se dizia parente de outro nagô, jeje de jeje, etc. (Reis, 1991,p.55)

individualmente e comparativamente ao total de escravos do município, teremos São Francisco Xavier (distrito-sede) com a maior concentração, em segundo, São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages e em terceiro, Nossa Senhora da Conceição do Bananal onde, como mostra a tabela 4, mais da metade da população é constituída por escravos, seguindo a tendência municipal. Dos pardos e negros, 23% eram livres; os demais tinham a condição de cativos. As tabelas 1 e 3 deixam ver que, em meia década apenas, houve um crescimento populacional de 21% da população livre no município, obtendo maior destaque, entre as freguesias, com 39%, a de Bananal, confirmando a intensidade de sua economia de base agrária.

Os escravos da freguesia de N.Sra. da Conceição do Bananal e do município de Itaguaí. trabalhavam nas companhias de navegação, na fábrica de seda¹⁰,mas sobretudo nas lavouras, conforme informa o Almanaque Laemmert que registra, para o ano de 1874, a presença de 5.430 escravos no município, distribuídos na zona urbana (3%) e na área rural (97%).¹¹ Tanto no município quanto na freguesia era relativamente equilibrada a proporção entre homens e mulheres, embora sempre com a predominância masculina, tanto na população livre adulta, quanto na escrava. Há um dado interessante na Freguesia: em 1850 a Razão de Masculinidade (RM)da população livre era exatamente 100: havia 1718 pessoas livres, sendo 859 homens e 859 mulheres. Na mesma ocasião, a RM entre os cativos era 120, ou seja, para cada 100 mulheres, havia 120 homens, índice bastante equilibrado se

¹⁰ Para dar uma idéia da estrutura organizacional da Imperial Companhia Seropédica Fluminense, mostraremos adiante os objetivos da comissão encarregada, em 1862, de informar a presidência da província do Rio de Janeiro sobre o modo como eram empregados os auxílios concedidos. A comissão deveria declarar: 1. o número, dimensões, valor e solidez dos edifícios pertencentes ao estabelecimento, que tiverem sido comprados ou construídos com os auxílios prestados pela província; 2. o número, destino, e estado das máquinas e instrumentos da indústria sérica da companhia, as épocas em que foram adquiridos e os preços que custaram; 3. o número, sexo e idade dos escravos e a quantidade e qualidade do gado pertencente à companhia; 4. a extensão das terras do estabelecimento e a época, modo e preços de sua aquisição; 5. que quantidade, mais ou menos, há de amoreiras e se elas são bem ou mal cultivadas; 6. se há sementes de bichos de seda e se destes se faz criação atualmente e se tem feito sempre sem interrupção; 7. se há sedas em casulos, ou fiada, e em que quantidade; 8. se há fiadeiras e outros trabalhadores empregados na criação das larvas e na fiação da seda; 9. se o estabelecimento tem vendido seda, em que épocas o tem feito, por que preços e em que quantidade e estado; 10. qual a receita que tem tido o estabelecimento desde que a província o tenha auxiliado e qual a sua despesa anual desde a mesma época com ordenados dos empregados, salários de trabalhadores livres, ou escravos, e com o sustento e vestuário dos escravos pertencentes à companhia; 11. que despesas extraordinárias tem feito o estabelecimento, além das que trata o parágrafo anterior; 12. quanto tem despendido o estabelecimento até o último de janeiro do corrente ano, quanto tem recebido da província e quanto da companhia. “*Instruções para execução do art. 2º da lei provincial nº 1.206, de 21 de outubro de 1861*”. Relatório de presidente de província, 1862.

¹¹ Almanaque Laemmert, “Quadro estatístico do nº de escravos matriculados nas estações fiscais da província do Rio de Janeiro”, p.56, 1875.

pensarmos na nítida preferência do sistema escravista pela mão-de-obra masculina (tabelas 1 e 2). Para ficar no exemplo, estudos sobre a escravidão no município de Magé, situado na Recôncavo da Guanabara, indicam para o biênio 1850-1851, RM = 147 , na faixa etária de 14-40anos e RM=190 na faixa etária acima de 40 anos (SAMPAIO, 1998: 131) .

O Censo de 1872 mostra a reversão desse quadro, com a população livre tornando-se hegemônica no município (Tab.5). Várias são as causas sugeridas para a decadência dos plantéis: o fato de a região passar a ser cortada pelo transporte ferroviário nessa mesma época¹² e a provável migração de cativos dessa área para as áreas cafeeiras do Vale do Paraíba, após a cessação do tráfico, em 1850, além do cólera (*cholera morbus*) que, “entre os anos de 1855 e 1856, provocou uma alta mortalidade na população escrava, tanto na Corte como no interior da província fluminense. Nesse período, na cidade do Rio de Janeiro, das 4.899 vítimas do cólera, 2.523 eram escravos. Nas áreas rurais, os cativos foram ainda mais atingidos. Em meados de 1856, em apenas oito dias o cólera matou mais de trinta escravos na fazenda do Rio Seco, no município do Rio Bonito. Em Barra Mansa, das 372 pessoas mortas, 311 eram escravos. Já na vila de São João do Príncipe, em apenas um mês e meio, no final do ano de 1855 e início de 1856, cerca de 498 pessoas foram infectadas, 164 livres e 334 cativos. Dos 160 mortos, 108 eram escravos” (GOMES, 1995: 48-49).

Na próxima seção, veremos a forma como a população escrava se relacionava comunitariamente e familiarmente, bem como sua expectativa de vida. Utilizaremos, nessa abordagem, os Registros Paroquiais de Batismos e de Óbitos.

¹² Sob o título “Canal de Itaguahy”, há uma avaliação do papel da ferrovia constante do relatório de presidente de província do Rio de Janeiro, no ano de 1871: “enquanto não se construiu a via férrea de D.Pedro II [inaugurada em 1858], o canal prestou valioso auxílio ao comércio e à lavoura de diversos pontos desta província; toda a produção dos municípios de Resende, Barra Mansa, Pirai, Itaguai e parte de São João do Príncipe, era conduzida para o mercado da Corte por intermédio do porto de Itaguai; mas depois que a citada via férrea, desenvolvendo-se pelo interior dessa província, proporcionou àqueles municípios um meio de transporte mais rápido e econômico, a existência do canal utiliza unicamente aos estabelecimentos agrícolas da freguesia da vila e a alguns do município de São João do Príncipe”.

Batismos e Óbitos de Escravos nos Registros Católicos

Zamuone, zamuone ndine
Leva, leva, ndaneta
Siku lakufa uza ndilile?

[Vem ver, vem-me ver
E responde: estarei cansado de viver?
No dia da minha morte quem chorará por mim?]

Canção Chikunda
Mia Couto. *O Outro pé da sereia* (romance)

Exploremos, agora, os registros de batismos e óbitos, procurando neles uma janela que permita visualizar, além da estatística, parte da história social do universo escravista. A **tabela 6** deixa entrever uma taxa de filhos naturais se mantendo por volta de 90% em todo o período, recordando a pesquisa de Kátia Mattoso sobre Salvador, nos anos 1870-74: de 85 crianças escravas batizadas não encontrou uma única que fosse legítima. Outra era a situação da paróquia de Santo Antonio de Juiz de Fora, área de grandes lavouras de café e de grandes plantéis de escravos, situada na Zona da Mata de Minas Gerais, onde o índice de legitimidade alcançou 47% no período 1850-88 (ANDRADE, 2002A:101, 102), ou seja, os dados da **tabela 6** permitem inferir as dificuldades de os escravos de Bananal se organizarem familiarmente e comunitariamente através do casamento, dificuldades maiores ainda que em outros locais, uma vez que a quase totalidade dos batizados era filho de mãe solteira. Todavia, mesmo nos municípios de Juiz de Fora e Muriaé, basicamente dois terços da população escrava não se casava formalmente, numa demonstração evidente da adversidade da escravidão ao convívio familiar do cativo (ANDRADE, 1998:199).

Assim como na população livre, também entre os escravos o batismo proporcionava relações familiares, estabelecendo o denominado *parentesco ritual ou fictício* através do compadrio (SCHWARTZ,2001:259), que era definido por alguns padrões: os senhores não costumavam apadrinhar seus escravos, as pessoas livres podiam apadrinhar os escravos, mas estes se limitavam a apadrinhar os de sua classe (SCHWARTZ,1988:350). A respeito do não apadrinhamento dos escravos pelos senhores, Schwartz (2001: 284) fez o seguinte comentário: “em seu estudo de Campinas, Robert Slenes concluiu que não era incomum o laço de compadrio

entre o senhor e os filhos de seus escravos, embora ele ainda não tenha publicado as provas quantitativas de sua conclusão". No caso da Zona da Mata, em Muriaé, onde os registros estão melhor organizados que Juiz de Fora, , selecionamos todos os casos de parentesco explícito entre padrinhos de escravos e proprietários. Duas conclusões partiram daí: eram raras essas situações de parentesco e não se constituíam, necessariamente, em passaporte para a alforria (ANDRADE,2005).

Em Bananal havia batismos em que os padrinhos eram substituídos por um santo ou santa, ocorrendo numerosos casos em que a madrinha era Nossa Senhora (Tab. 8). As relações interplantéis estabelecidas através do compadrio eram significativas na localidade, principalmente se compararmos com paróquias da Zona da Mata de Minas Gerais: *"enquanto em Juiz de Fora os padrinhos/madrinhas constituídos por escravos de outros plantéis representavam apenas 1%, em Muriaé eles chegavam a 16%, podendo-se atribuir hipoteticamente essa diferença à forma como se organizavam as populações escravas nas duas paróquias: os grandes e médios plantéis de Juiz de Fora¹³ permitiam o compadrio no interior da própria unidade produtiva, ao passo que em Muriaé, onde mais da metade dos escravos casados/viúvos se concentravam nos plantéis pequenos e nos médios, abriam-se maiores possibilidades para padrinhos de plantéis diferentes. De qualquer forma, são bem baixos os percentuais para ambas as paróquias, ratificando a conclusão de Slenes (1978) de que não era muito comum os escravos terem compadres que eram escravos de outros proprietários"* (ANDRADE, 2005)¹⁴. No município de Itaguaí, 76% das propriedades tinha até 09 escravos e as 24% restantes tinham até 49 escravos. Em Bananal, provavelmente devido a tal configuração dos plantéis, as relações interplantéis estabelecidas pelo batismo eram muito expressivas (Tab 7), ao contrários dos resultados encontrados para Campinas - que é o caso de Slenes - e Zona da Mata de Minas Gerais.

A partir de agora, trataremos dos registros de óbitos de escravos. No período escravista brasileiro são poucas as pesquisas que abordam o tema. Os registros de óbitos são os menos confiáveis dos registros paroquiais, uma vez que a morte não necessitava ser assistida por padres, elemento indispensável em batizados e casamentos. Os moribundos e suas famílias poderiam simplesmente abrir mão da sua presença. Tratava-se, na realidade, de uma escolha. Pode-se pensar que várias pessoas, escravas em particular, faleceram e foram enterradas sem que os párcos tomassem conhecimento (FARIA, 2000:181,189).

¹³ Consideramos os plantéis na Zona da Mata da seguinte forma: pequenos (até 09 escravos); médios (10 até 49); grandes (50 ou mais).

¹⁴ A propósito de escravidão e/ou organização familiar dos cativos na Zona da Mata de Minas Gerais, ver: ANDRADE, 1990, 1991,1995, 1996, 1998A, 1998B, 1998C, 2000, 2002A, 2002B, 2002C, 2005 e 2006.

A realização dos ritos funerários tem como função, sobretudo no cristianismo, administrar a “passagem” rumo a um destino definido e quase sempre, na visão católica, permeado de provas e incertezas. As celebrações objetivam facilitar a viagem do morto para “o outro mundo” (RODRIGUES, 1983:46, 49). Garantir presença numerosa nos funerais fazia parte desses rituais, objetivando assegurar preces benéficas para essa viagem definitiva e também como demonstração de prestígio. Nessas ocasiões, os pobres engrandeciam os funerais dos ricos dando-lhes ainda a chance de lavarem a alma com um ato de caridade. A contratação de homens e mulheres para acompanhar o cortejo fúnebre e assistir à missa de corpo presente era regulamentada pela Câmara Municipal de Salvador, que nomeava um “capataz dos pobres da cidade” com a responsabilidade de receber e distribuir as esmolas deixadas em testamento, logo após a missa (REIS, 1991:153).

Em N. Sra. da Conceição do Bananal, todos os registros de óbitos fazem alusão à cerimônia de encomendação da alma, o que nos leva a supor que o moribundo tivera acesso à eucaristia e à extrema-unção recomendadas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (VIDE,1720: 67-68. Apud RODRIGUES,2000:211), que também determinava aos proprietários a obrigação de darem sepultura e demais socorros espirituais aos seus escravos (REIS,1991:173 e 106-110). Este aspecto é omitido nos assentos, embora tenha sido apontado como item a ser preenchido, quando, em junho de 1851, foi recomendado ao cura local que seguisse doravante o padrão de preenchimento usado no Bispado:

Visto em visita e recomendo ao Reverendo cura que siga nos assentos que continuar a fazer a forma dos termos usados neste Bispado.

= Aos tantos dias do mês foi encomendada a alma e se deu sepultura no cemitério deste curato ao corpo do falecido, crioulo, ou de Nação, escravo de F. de tal morador e freguês deste curato, faleceu com ou sem sacramentos, de que para constar fiz este assento que assinei=

=Assinado=

Curato de Bananal, aos 11 de junho de 1851.

Assinatura: ilegível

Após essas orientações, os registros tornaram-se mais uniformes, incluindo elementos até então omitidos, o que lhes deu melhor feição de documento serial e possibilitou estabelecer as variadas possibilidades de análise. Deles passaram a constar normalmente, nome do escravo, dos pais (se crianças) e do proprietário, idade, origem e

cor, data e local do sepultamento e local de residência. As anotações relativas aos inocentes¹⁵ eram corretas e incluíam apenas crianças de até 7 anos de idade. Apenas uma referência acima dessa faixa etária foi encontrada. Tratava-se de “*Generosa, preta, crioula, fluminense, inocente de 8 anos, filha de Joanna Conga, proprietário Antonio Barbosa Araújo, teve a alma encomendada, enterrada no cemitério da fábrica em 18.10.1854*”. Importante observar que os assentos de óbitos da freguesia em tela refletem a falta de uniformidade que caracteriza os registros paroquiais de forma geral, revelando a autonomia dos padres locais na realização e escrituração dos ritos católicos e a pouca influência das normas eclesiásticas nas escriturações cotidianas das comunidades (FARIA, 2000:183).

Em 1851 passa a constar dos assentos de óbitos um campo destinado ao endereço do freguês¹⁶. Este campo somente mereceu anotação quando a pessoa morava em outra freguesia. Através desse registro fomos informados de que também eram enterrados em Bananal os escravos que moravam na freguesia de São Pedro e São Paulo. Embora em pequena proporção, também tiveram ali seu último repouso diversos escravos das freguesias de Marapicu, Itaguaí, Pirai, Campo Grande, havendo ainda um único caso em que o endereço do falecido era o Rio de Janeiro.

Houve um episódio ocorrido na Bahia em 25 de outubro de 1836, conhecido como “*cemiterada*”, que começou como uma manifestação convocada pelas Irmandades e Ordens Terceiras de Salvador e organizações católicas leigas e terminou com a depredação do cemitério local, denominado *Campo Santo*. O motivo da revolta é que no dia seguinte passaria a vigorar uma lei proibindo o tradicional costume de enterros na igreja e concedendo a uma companhia privada o monopólio dos enterros em Salvador por 30 anos (REIS, 1991:13). A pressa na instalação do cemitério decorria de denúncias da própria igreja católica. O pároco da freguesia de Vitória, Joaquim de Almeida, denunciou a situação de sua matriz “ *que, já saturada de cadáveres, passara a utilizar um pequeno terreno nos fundos da sacristia. Todavia, mesmo este local já se encontrava havia algum tempo entulhada de corpos, (...) exalando miasmas que ameaçam grande mal, não só a toda a circunvizinhança, mas igualmente a todas as pessoas que procuram a igreja para*

¹⁵ Até os sete anos de idade, aproximadamente, a criança era considerada “inocente” pela igreja, pois estaria impossibilitada de pecar, o que tornava desnecessário o recebimento de sacramentos. Entretanto, na prática, esta idade se prolongava um pouco mais (FARIA, 2000, p.189)

¹⁶ A palavra freguês diz respeito a morador de freguesia.

renderem culto à Divindade”. E acrescentava que “*para evitar que cadáveres ficassem insepultos, passara a enterrar seus paroquianos em terrenos indecentes de sua propriedade, localizados em meio a casas residenciais*” (Apud REIS, 1993:292).

Ao que parece, em Bananal esse processo foi mais demorado, pois a transferência definitiva do local de sepultamento se deu 20 anos mais tarde. De 1854 (quando este item passou a integrar os assentamentos) a 1857, os sepultamentos tiveram lugar tanto no adro da igreja quanto no cemitério da fábrica, com predominância deste último. Somente a partir de novembro de 1857, o cemitério da fábrica passa a ser o único local de sepultamento, seguindo, certamente, uma tendência geral.

Em seu estudo sobre a freguesia de São Salvador, sede da comarca de Campos dos Goitacases, Sheila Faria constatou, para os anos 1754-1798, que as Irmandades controlavam o espaço de suas covas, dentro e fora das igrejas ou capelas, e esta informação constava dos assentamentos como “*foi enterrado nas covas da Irmandade do Santíssimo, na Igreja de São Salvador*”. Os mais ricos ocupavam lugares privilegiados, geralmente no interior das igrejas e capelas e próximos a altares e os mais pobres, locais mais afastados, ou seja, as hierarquias sociais da vida cotidiana eram reproduzidas na geografia dos sepultamentos. A geografia funerária também dava tratamento diferenciado aos escravos e livres pobres: em sua maioria, os escravos eram sepultados no “adro”, enquanto as “covas de fábrica” eram destinadas preferencialmente aos livres pobres e libertos. A autora conclui que “*os registros não permitem que distingamos a diferença entre ‘adro’, ‘cemitério’ e ‘covas da fábrica’, mas tudo indica que, até mesmo após a morte, mantinham-se representações e simbolismos que separavam hierarquicamente livres e cativos*”¹⁷ (2000:193-194). Adiante, trabalharemos dados quantitativos que envolvem óbitos de escravos.

¹⁷ Julgamos inicialmente que a expressão “cemitério de fábrica” referia-se a um local de sepultamento pertencente à fábrica de seda, mas os documentos da empresa não fazem menção a um cemitério. Buscando os dicionários, encontramos dois significados religiosos para a palavra “fábrica”: “rendimento aplicado ao culto de uma igreja” e “conselho composto de clérigos e leigos sujeitos à aprovação do bispo e cujas funções se limitam exclusivamente à administração dos bens de uma paróquia”, o que nos leva a concluir que a expressão “cemitério da fábrica” diz respeito ao cemitério da própria igreja, impressão corroborada pelo artigo de Sheila Faria que, nos registros de óbitos encontrou a expressão “covas da fábrica da Igreja de São Salvador” (2000:193)..

Notas estatísticas sobre óbitos de escravos

Os assentamentos paroquiais indicam para o ano de 1856, a ocorrência de 107 batismos de escravos na freguesia de N.Sra. da Conceição do Bananal (Tab.6), dado ratificado pelo Relatório do Presidente de Província, que também registra, no mesmo ano, 6 casamentos e 114 falecimentos de cativos (contra 113 anotados nos registros paroquiais – ver tabelas 9 e 13). Nessa ocasião, portanto, o nº de mortes suplantou o de nascimentos. É possível que o índice de mortalidade tenha sido negativamente impactado pelas epidemias que assolaram a região no período de 1850-1860, quais sejam, febre amarela (em 1850), cólera (1855 e 1856) e novamente a febre amarela (em 1860). Apesar da vacinação levada a efeito pelo governo provincial, os números acabam por evidenciar influências desses surtos epidêmicos sobre as flutuações dos índices no período de 1850-1860 (Tab.9). A documentação serial expressa na tabela 9 aponta ainda para alguns indicadores:

- a) no período de 1847 a 1860, dos 823 cativos com idade declarada, 61% eram crianças até 14 anos e 39%, eram adultos;
- b) o alto índice de mortalidade entre os inocentes (57% das ocorrências);
- c) a baixa expectativa de vida da população escrava, vez que 86% dos óbitos ocorreram até os 40 anos, situação consolidada na tabela 10, quando, ao apartar os africanos para melhor análise, encontramos a idade média de 41,4 anos;
- d) os africanos falecidos eram todos adultos e as crianças falecidas eram majoritariamente fluminenses.

Os africanos mereceram um estudo mais detalhado em virtude de sua importância no conjunto da população adulta presente nos registros de óbitos: dos 319 cativos adultos constantes da tabela 9, 72% eram africanos (Tab.. 10,11 e 12) Apesar de não haver tanta discrepância entre os dois sexos, está a merecer um estudo mais apurado o fato de 93% desse africanos, a maioria com idade acima dos 40 anos, serem solteiros, embora o alto índice de filhos naturais remeta às suas ligações passageiras. As mulheres, em média um pouco mais jovens, também não se casavam facilmente, mas parte delas acabava por

constituir famílias “quebradas” ou “parciais”, compostas por mães solteiras como mostram os exemplos selecionados a seguir e também a Tabela 6 e o Quadro I.

AMOSTRAGEM DE FAMÍLIAS “QUEBRADAS” OU “PARCIAIS” RETIRADA DOS LIVROS DE ÓBITOS, 1857-1858

DATA SEPULT.	NOME	IDADE	COR	PAIS	PROPRIETÁRIO	SERV. RELIG	COVA	ENDEREÇO
27.03.1857	Manoel	1 dia	Pardo flumin.	Jacintha de Nação	Manoel Gomes de Noronha	encomendado	Adro da igreja	S.Pedro e S.Paulo
21.04.1857	Eva	1 ano	Preta flumin.	Theresa de Nação	D.Isabel M. de Oliveira	Encomendado	Adro da igreja	N/c
10.06.1854	Geraldo	Inoc.de 6 meses	Preto flumin.	Clemencia Cabinda	Antonio Ramos	Encomendado	N/c	N/c
06.01.1858	Maria	6 anos	Preta flumin.	Bernarda de Nação	Antº José de Freitas	Encomendado	Cemitério da Fábrica	N/c
24.01.1858	Maria	15 dias	Preta fluin.	Justina de Nação	Manoel Ignácio Barbosa	Encomendado	Cemitério da Fábrica	S.Pedro e S.Paulo
10.09.1858	Manoel	7 dias	Preto flumin.crioulo	Legítimo Manoel de Luzia, de nação Moçambique	Antonio Alves de Oliveira Lima	Encomendado	Cemitério da Fábrica	N/c

FONTE: Livro 02 de Óbitos (1847-56), Arquivo da Cúria de Itaguaí.

Os senhores desconheciam, muitas vezes, a idade de seus escravos. A profusão de idades em números redondos: 20 anos, 30 anos, 40 anos, etc...(tabela 9) e a quantidade de idades presumíveis constantes dos registros, permitem inferir a falta de importância desta informação para os senhores, para os conhecidos e talvez para os próprios escravos, como no caso em que Rita de Nação Rebolla, viúva, sepultada em 04.11.1857 no adro da igreja, “*tinha mais ou menos 60 anos*”; Narcisa de Nação, preta, estrangeira, sepultada em 02.04.1858 no Cemitério da Fábrica, “*tinha 80 anos presumíveis*”. Sobre a origem havia também muita desinformação: os assentos com especificação da nacionalidade não chegam a 10%. Comum mesmo era acrescentar ao seu nome cristão o genérico “de Nação”, ou, às vezes, nem mesmo isso. Apenas seu nome e a especificação “preto/estrangeiro”.

Conclusão

Os dados apresentados acerca da história oitocentista de N. Sra. da Conceição do Bananal, a atual Seropédica, revelaram um sistema agrário diversificado, produtor de café, cana-de-açúcar, milho, mandioca, frutas, etc. Há fortes indicações de que boa parte dessa

produção, pelo menos na primeira metade do século XIX, destinava-se ao mercado regional, “*para consumo da Casa Real no Rio de Janeiro e em Santa Cruz*”¹⁸, por exemplo. A população escrava era significativa e constituía a principal mão-de-obra das unidades produtivas. Sua configuração demográfica se assemelha à das freguesias rurais mais próximas de área urbana e mais voltada para a produção de alimentos que concentram tendencialmente menos cativos do que as regiões voltadas para a agroexportação de café e açúcar (SIMONATO, 1998:148). A queda em termos absolutos da população no ano de 1872 encontra consonância nos dados que obtivemos no Almanque Laemmert em 1875, onde aparecem, na freguesia, 54 fazendeiros de café e outros mantimentos e 15 fazendeiros com engenho de fabricar aguardente, dados bastante inferiores aos de 1870, principalmente em relação aos fazendeiros e lavradores de café e mantimentos que nesse ano constam em número de 94, além de 7 fazendeiros de cultura de cana. Apesar de aparentar uma tentativa de diversificação econômica a instalação de engenhos de fabricar aguardente em 1875, não se pode esquecer que, no ano de 1870, havia 101 lavradores de café e mantimentos e de cultura de cana, ao passo que em 1875 eles estão reduzidos praticamente à metade, o que dá uma visão de decadência em relação ao período anterior.

A população escrava, apesar de batizar seus filhos, apresentava um número ínfimo de casamentos, ocasionando dificuldades para sua organização familiar e comunitária, fato constatado a partir dos registros que deixam ver que a maioria dos filhos eram naturais. Esses assentos revelam intensa relação interplantéis estabelecida via compadrio e consolidam estudos anteriormente feitos por nós na Zona da Mata Mineira a respeito da condição social dos padrinhos: escravos eram apadrinhados, majoritariamente, por outros escravos, com exceção para algumas pessoas livres ou libertas e manifestações de religiosidade, como a escolha de Nossa Senhora como madrinha. Os registros de óbitos atestam os empecilhos enfrentados pela população escrava em sua reprodução vegetativa, evidenciada nos altos índices de mortalidade de “inocentes”, certamente ocasionados pelas más condições de vida, de moradia e de trabalho e indicam a necessidade de se atentar para a influência das conjunturas epidêmicas nas oscilações dos óbitos. A negligência dos curas em registrar todas as informações relacionadas ao cerimonial funerário implica restrições às

¹⁸ Carta de Faustino Gentil Kowalsky, escrivão da Coletoria do Município de Itaguaí, a Afonso d’Escragnolle Taunay, enviando dados por ele colhidos sobre a história do dito município e antiga Villa de São Francisco Xavier de Tagoahy. Nova Iguaçu, 09 de março de 1942.

possibilidades desse conjunto documental, tornando-o um tipo de parâmetro demográfico limitado que aponta para a necessidade de cruzamento com outras fontes no sentido de se fazer uma análise mais aprofundada de questões como taxas de africanidade e legitimidade, formação de famílias escravas e mesmo a atitude de escravos e seus senhores no encaminhamento de suas mortes. A esse respeito e com base em pesquisas sobre batismos e casamentos na Zona da Mata Mineira, concordamos com a opinião de Renato Pinto Venâncio de que a procura ou não de ritos católicos para escravos era feita preferencialmente pelos senhores (VENÂNCIO, 1998: 130).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Rômulo . “Notas prévias sobre a escravidão na Zona da Mata de Minas Gerais (século XIX)”. *Anais V Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR: 53-84, 1990.
- _____. "Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: o Caso da Zona da Mata". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.11, nº 22: 93-131, mar.91/ago.91.
- _____. *Limites Impostos pela Escravidão à Comunidade Escrava e Seus Vínculos de Parentesco (Zona da Mata de Minas Gerais, Século XIX)*. São Paulo, 1995, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- _____. “A família escrava na perspectiva da micro-história (estudo em torno de um inventário e um testamento oitocentistas: Juiz de Fora, 1872-76)”. *LOCUS Revista de História*, Juiz de For a, vol.2, n.1: 99-121, 1996.
- _____. "Família Escrava e Estrutura Agrária na Minas Gerais Oitocentista". *População e Família*. São Paulo - vol. 1, nº 1: 181-209, jan/jun.1998 a.
- _____. “Casamentos endogâmicos e casamentos mistos de escravos na Zona da Mata de Minas Gerais” *VERTENTES*, São João Del Rei, n.11:23-30, jan/jun.1998b.
- _____. “Havia um mercado de famílias escravas? (a propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão)”. *LOCUS Revista de História*. Juiz de Fora, vol.4, n.1:92-104, 1998c.
- _____. "Casamentos entre Escravos na Região Cafeeira de Minas Gerais". *Revista Universidade Rural série Ciências Humanas* . Seropédica: EDUR, Vol.22(2) :177-197,jul/dez.2000.
- _____. “Ampliando estudos sobre famílias escravas no século XIX (crianças cativas em Minas Gerais: legitimidade , alforria e estabilidade familiar)”. *Rev. Univ. Rural, Ser. Ciênc. Humanas*. Seropédica: EDUR, Vol.24 (1-2): 101-113, jan/jun.2002a
- _____. “Apontamentos sobre a microeconomia do escravo e sua interação com a família e as solidariedades (Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX)”. *Anais 10º Seminário sobre a Economia Mineira*. UFMG/CEDEPLAR: Diamantina 2002b (CD-ROM).
-

_____. “Notas Prévias Sobre a Escravidão na Zona da Mata de Minas Gerais (um Estudo Sobre as Fazendas de Café de Juiz de Fora, 1850-88 – versão modificada e ampliada do artigo de 1990)”. *20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira – 1982-2002: Coletânea de Trabalhos, 1982-2000*. Belo Horizonte:UFMG/FACE/CEDEPLAR, 2002c, Vol. Dois, p. 91-124.

_____. “Revisitando a história da família: compadrio e escravidão na Zona da Mata de Minas Gerais”. I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira, 27 a 29 de maio de 2005, Juiz de Fora, Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora [cd-rom].

_____. “Formação de estruturas agrárias e sua dinâmica na Zona da Mata Mineira”. XII Seminário sobre a Economia Mineira, 29.08 a 01.09.2006, Diamantina/CEDEPLAR-UFMG [cd-rom].

COUTO, Mia. *O outro pé da sereia*: (romance). São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

FARIA, Sheila de Castro. “A morte de livres e escravos em registros católicos – séculos XVIII e XIX”. *População e Família* – São Paulo – n.3,p.181-206, 2000.

FROÉS, José Nazareth de Souza. *O Brasil na rota da seda: uma contribuição para a recuperação, o enriquecimento e a divulgação da memória de Seropédica, Itaguaí, e do Estado do Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Universidade Rural, 2000.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

GOMES FILHO, Carlos. *A Seropédica de Itaguaí*. Rio de Janeiro:SAI/MA, 1942.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*; tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MAGALHÃES, Basílio de. *O café na história, no folclore e nas belas-artes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder (Conflito e Direito à terra no Brasil do Século XIX)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. “População, costumes fúnebres e epidemias: o papel desestruturador dos surtos epidêmicos sobre a administração dos últimos sacramentos aos moribundos (Rio de Janeiro, século XIX)”. *População e Família* – São Paulo – n.3,p.207-226, 2000.

RUIZ, Ricardo Muniz de. “Sistema agrário, demografia da escravidão e família escrava em Itaguaí (1820-1872)”. *Dissertação de Mestrado*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1997.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “A família escrava e a agricultura mercantil de alimentos: Magé, 1850-1872”. *População e Família-São Paulo-vol.1, n°1: 119-141, jan/jun.1998*.

População e Família

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*; tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*; tradução de Jussara Simões. Bauru, EDUSC, 2001.

SIMONATO, Andréa Jácome. “O parentesco entre os cataivos no meio rural do Rio de Janeiro em 1860”. *População e Família-São Paulo-vol.1, n°1: 143-179, jan/jun.1998*.

SLENES, Robert W. "Slave marriage and family patterns in the coffee regions of Brazil: 1850-88". Artigo apresentado na Convenção da American Historical Association. Dezembro, 1978.

VENÂNCIO, Renato Pinto. "Os escravos e a morte: uma sondagem nos registros paroquiais de óbitos de Minas gerais colonial". In: *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 1998, p.1299-1306.*